

A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DA
UNIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE O PROESDE-SC

PROMOTION OF REGIONAL DEVELOPMENT AND UNIVERSITY: A STUDY
ABOUT PROESDE/SC

Margarida B. SCHAFASCHEK

schafaschek@terra.com.br

Stela M. MENEGHEL

stemeneg@terra.com.br

RESUMO: Na América Latina, e em particular no Brasil, a produção do conhecimento e a promoção do desenvolvimento econômico e social das regiões – que chamamos aqui de Desenvolvimento Regional/DR - têm como um dos pilares, desde a década de 1960, as Universidades, das quais se espera a produção de ciência e tecnologia e a formação de recursos humanos demandados pela sociedade. No estado de Santa Catarina a percepção sobre o potencial das Universidades como promotoras do DR ganhou maior força no início de 2004, com a criação e implementação do “Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional” – PROESDE. Este programa deriva de uma iniciativa conjunta de universidades do oeste catarinense e de órgãos públicos, que percebem na formação de agentes de desenvolvimento regional uma possibilidade de impulsionar o desenvolvimento das regiões. A princípio o PROESDE foi implementado nas regiões oeste e meio oeste; em 2006 foi estendido para o planalto norte e outras regiões do estado catarinense. Esse texto tem por objetivo, a partir de dados obtidos junto a coordenadores e estudantes, analisar os propósitos e resultados alcançados pelo programa considerando as suas condições de implementação na Universidade do Contestado-UnC – campi de Caçador, Concórdia, Canoinhas, Curitibanos e Mafra. Para tanto, faz um breve resgate histórico do PROESDE/SC, caracterizando seu contexto de criação, diretrizes, objetivos e concepções, e também algumas das suas contradições. Finalizando, o texto traz uma reflexão para o debate da contribuição da Universidade para o desenvolvimento regional.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento regional – Universidade – políticas públicas de educação superior.

ABSTRACT: In Latin America, particularly in Brazil, the knowledge production and the promotion of economic and social development of the regions – known as Desenvolvimento Regional/DR – have the Universities, since the 1960s, as one of the pillars from which is expected the science and technology production and the human resources training demanded by society. In the state of Santa Catarina the

perception of the potential of the Universities as promoters of DR gained greater strength at the beginning of 2004, with the creation and implementation of the Higher Education Programme for Regional Development - PROESDE. This program derives from a joint initiative by the universities of west Santa Catarina and public agencies which perceive the formation of agents for regional development as a possibility to stimulate the development of the regions. At the beginning, PROESDE was implemented in the west and mid west regions; in 2006 it was extended to the north plateau and other regions of Santa Catarina state. This text has the objective to identify the purposes of the program and the results it achieved considering its implementation conditions in the University of Contestado/UnC - in Caçador, Concórdia, Canoinhas, Curitibanos and Mafra campi. To attain that, it makes a brief redeeming history of PROESDE/SC characterizing a context of creation, lines of direction, objectives and conceptions, and also some of its contradictions. At the end the text brings a reflection about the contribution of the University for the regional development.

KEY WORDS: Regional development - University - Higher Education public policy.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, desde o início de 1960 tem sido designada às Instituições de Educação Superior (IES), e particularmente às Universidades, a tarefa de formar recursos humanos, produzir ciência e tecnologia, além de atuar como partícipes na promoção do desenvolvimento regional (DR). Nesta perspectiva, o governo do estado de Santa Catarina formulou em 2004, em parceria com algumas Universidades catarinenses, o 'Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional'/ PROESDE.

O PROESDE tinha por pressuposto que a formação de especialistas para intervir no território visando seu desenvolvimento constituía alternativa para fazer frente às desigualdades regionais. Ou seja: partia do princípio de que o fortalecimento e integração do capital social¹ das regiões, aliado à atuação conjunta de suas lideranças e comunidade, gerariam maiores possibilidades de promover o desenvolvimento regional, logrando melhor qualidade de vida aos seus habitantes.

¹Para Putnam (1984) o capital social se reflete no grau de confiança existente entre os diversos atores sociais, seu grau de associativismo e acatamento a normas de comportamento cívico, tais como o pagamento de impostos e os cuidados com que são tratados os espaços públicos e os "bens comuns". Enquanto o capital humano é produto de ações individuais em busca de aprendizado e aperfeiçoamento, o capital social está fundamentado nas relações entre os atores sociais que estabelecem obrigações e expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais e agilizam o fluxo de informações internas e externas.

Na sociedade atual, marcada pelo individualismo e egocentrismo, os produtos e serviços - inclusive os educacionais - também tendem a ser concebidos como mercadorias que tornam o ser humano cada vez mais alienado e, portanto, indiferente às mazelas sociais que afetam seu país. Neste contexto, até mesmo instituições sociais de caráter público, como as IES, tendem a assumir a configuração de organizações que buscam os interesses dos agentes que a compõem, e não da sociedade como um todo (CHAUÍ, 1999).

É neste cenário que o PROESDE, com o objetivo de promover o DR por meio da cooperação, da articulação de redes e do planejamento conjunto de ações de impacto direto no território, constituiu-se em enorme desafio às IES participantes do programa. Pois estas, ao ocuparem-se da formação de agentes de DR, tornar-se-iam também centro das ações de articulação entre os diversos atores locais e regionais.

Neste texto analisamos os fundamentos e propósitos do PROESDE/SC e sua implementação na Universidade do Contestado-UnC – nos campi de Caçador, Concórdia, Canoinhas, Curitibanos e Mafra. Fazemos, a princípio, um breve resgate histórico do programa, caracterizando o contexto que o criou, bem como suas diretrizes, objetivos e concepções. Em seguida, analisamos seu processo de implementação a partir da visão dos coordenadores dos diferentes campi da UnC. Finalizando, fazemos uma breve reflexão sobre a contribuição da universidade para o desenvolvimento regional.

2 O “PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL” - PROESDE EM SANTA CATARINA: origens, objetivos, implementação.

O Estado brasileiro atuou fortemente como indutor do desenvolvimento a partir de meados da década de 1950, por meio do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, e seguiu com esta perspectiva na década de 1970, com a implementação do I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento/PNDs (GOULARTI FILHO, 2002). A característica comum das políticas desenvolvimentistas até então

adotadas, sob a égide do Estado, era a busca de maior inserção do Brasil na economia mundial e a passagem deste para o rol dos países desenvolvidos.

A partir de 1980 o modelo desenvolvimentista foi alterado. Teve início um período de forte instabilidade econômica (marcado por altas taxas de inflação, endividamento externo e desaceleração da taxa de crescimento do PIB) e o neoliberalismo econômico preconizado pelo Consenso de Washington ganhou força. Com isso, houve um processo de desmonte do “Estado do Bem Estar Social” ainda incipiente no Brasil. Esta mudança no foco de atuação do Estado interferiu também no modo de pensar e planejar o desenvolvimento das regiões.

Mas, em função da acentuação das desigualdades regionais propiciadas pela globalização, aliada à diminuição do poder do Estado de atuar de forma efetiva sobre as regiões, na década de 1990 ressurgiu em todos os continentes o discurso acadêmico e a prática política da ação local na busca da construção econômica e social. Estas iniciativas buscavam promover o desenvolvimento de localidades, regiões e países engendrando, concomitantemente, um avanço dos estudos acerca da dimensão local-regional do desenvolvimento (DINIZ, 2006, BAGGIO, 2002).

O local passou a ser o *locus* privilegiado de atuação das políticas, onde efetivamente ocorrem “novas formas de segmentação do mercado de trabalho, mudanças nas políticas de bem-estar; aumento da autonomia financeira das localidades, políticas locais de promoção do desenvolvimento”. (DINIZ, 2006, p. 7). E, neste cenário, diversos países/regiões iniciaram um processo endógeno de desenvolvimento, caracterizado pela tomada de consciência de que era preciso agir localmente para sobreviver ao processo de globalização excludente em curso.

Nessa linha, surgiram no estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, algumas iniciativas de promoção do desenvolvimento regional tendo em vista, especialmente, diminuir as assimetrias entre regiões - decorrentes de processos de desenvolvimento que provocaram forte crescimento de umas em detrimento de outras.

Diversos autores afirmam que a estrutura industrial de Santa Catarina é diversificada, composta por elevada presença de pequenas e médias empresas, mas também por várias empresas grandes, concentradas espacialmente em um mesmo setor (CAMPOS et al, 2002), ou com especialização regional (GOULARTI

FILHO, 2002). Essas especificidades industriais fazem com que Cunha (1999), por exemplo, afirme que no estado há um verdadeiro “modelo de desenvolvimento”.

No entanto, na análise de autores como Lins (2000) e Goularti Filho (2002), essa compreensão da realidade é equivocada. O estado de Santa Catarina, de fato, apresentou no século XX um desenvolvimento invejável, decorrente de uma formação sócio-espacial diversificada, acompanhada do grande desempenho dos colonizadores europeus e, posteriormente, da consolidação de um parque industrial diversificado e moderno. Estes fatos permitiram a formação de um verdadeiro mosaico regional, onde cada região especializou-se em determinado setor. Porém, segundo Lins (2000, p. 395):

Quando circunscrita ao interior das fronteiras estaduais, a visão constata uma estrutura espacial bastante heterogênea, onde municípios com elevado Índice de Desenvolvimento Social, como vários localizados no Vale do Itajaí e no nordeste do Estado, contrastam com muitos em situação bastante precária, como no oeste catarinense.

Desta perspectiva, seria equivocado afirmar que há em Santa Catarina um modelo de desenvolvimento pois, a despeito do estado contar com uma trajetória vitoriosa no que tange à sua formação econômica, um olhar mais crítico sobre as suas diferentes regiões permite observar disparidades muito significativas - basta ver as diferenças de PIB dos municípios do Planalto Norte e do Oeste do estado em relação aos situados nas regiões Norte/Nordeste e Sul².

A análise da participação das Secretarias de Desenvolvimento Regional-SDRs³ na formação do PIB catarinense permite perceber essas disparidades ainda com maior ênfase: em 2004, dentre as dez SDRs com maior participação na composição do PIB estadual, as seis primeiras estavam localizadas no

² As regiões Nordeste e Médio Vale do Itajaí, junto com a Região Metropolitana de Florianópolis, se destacam por seu forte dinamismo. De acordo com a SEPLAN-SC (2007), dos cinco municípios que tiveram maior participação no PIB (Produto Interno Bruto) do estado em 2005, quatro eram provenientes dessas regiões: Joinville, com 10,36% do PIB; Florianópolis, com 6,10%; Blumenau, com 5,75% e Jaraguá do Sul com 5,18%. Somente Chapecó (com 3,66% do PIB) se localizava na região Oeste.

³ As Secretarias de Desenvolvimento Regional foram criadas na primeira gestão do Governador Luiz Henrique da Silveira (2003-2006) e tinham como objetivo: “combater a litoralização que vem esvaziando, dramaticamente, o campo, e inchando, deformando as cidades” e “reequilibrar, harmonicamente, a população catarinense em todo o território”. (SIEBERT, 2006, p.03).

Norte/Nordeste, Vale do Itajaí, grande Florianópolis e Sul catarinense, centralizando 51,96% do PIB do estado. (SEPLAN-SC, 2007).

No sentido de intervir nessa realidade, em 2004 foi criado pelo governo do estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria Estadual de Educação/SED e das SDRs, o “Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional” - PROESDE. Em parceria com as universidades comunitárias do Oeste e Meio-Oeste catarinense⁴, o programa pleiteava criar uma rede de atores sociais com o objetivo de intervir no território buscando seu desenvolvimento. Às universidades cabia papel preponderante neste processo, pois, atuando como articuladoras da rede de atores e direcionando sua competência técnica para problemas específicos da realidade regional, deveriam formar agentes de desenvolvimento com habilidades específicas para atuar em projetos regionais construídos endogenamente.

Dentre os objetivos do PROESDE destacamos: (i) possibilitar, a partir da união de esforços de diferentes atores (universidades, estado, comunidade), que estudantes universitários tivessem formação complementar como agentes para o desenvolvimento regional; (ii) favorecer a promoção do desenvolvimento estratégico da região; (iii) ampliar o aporte de recursos públicos para o desenvolvimento da educação superior em Santa Catarina (APRESENTAÇÃO DO PROESDE, 2004).

A estratégia do PROESDE consistia na formação, por meio de um curso seqüencial⁵, dos chamados ‘agentes de desenvolvimento regional’: profissionais capazes de aliar formação técnica específica em alguma área do conhecimento, com formação para intervir no território – esta última por meio do manejo da formulação, implementação e gestão de planos de desenvolvimento local.

Agregar à formação de futuros profissionais graduados em cursos superiores a capacitação para planejar, implantar, gerir e avaliar projetos de desenvolvimento sustentável, com visão sistêmica e empreendedora. (APRESENTAÇÃO DO PROESDE, 2004, p. 16)

⁴ Eram elas: Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina/UNOESC; Universidade Comunitária Regional de Chapecó/UNOCHAPECÓ e Universidade do Contestado/UnC).

⁵ Os cursos seqüenciais constituem uma modalidade de formação em nível superior na qual o aluno amplia seus conhecimentos ou qualificação profissional. Destinam-se à obtenção ou atualização de qualificações técnicas, profissionais ou acadêmicas. Definidos por “campo do saber”, os cursos seqüenciais não se confundem com os cursos e programas tradicionais de graduação, pós-graduação, ou extensão. Devem ser entendidos como uma alternativa de formação destinada a quem não deseja fazer ou não precisa de um curso de graduação pleno e confere um certificado de Complementação de Estudos ou de Formação Específica. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC, 2008).

A proposta do curso seqüencial, com carga de 630 horas na modalidade de complementação de estudos⁶, consistia na formação de um profissional consciente da possibilidade de executar ações coletivas em prol do desenvolvimento da sua região.

Implantado no início de 2004, o PROESDE integrava recursos do governo estadual direcionados à oferta de bolsas de estudo aos alunos na graduação para um curso superior regular, enquanto as Universidades ofereciam formação complementar em Desenvolvimento Regional. Esta visava favorecer a permanência de alunos nas universidades regionais por meio do fornecimento de bolsas de estudo.

a) O Estado de Santa Catarina disponibilizou recursos públicos para pagamento de 70% dos custos da graduação aos alunos que participaram do programa; b) como contrapartida as Universidades [...] ofereceram gratuitamente o Curso Superior Seqüencial de Complementação de Estudos em Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional, com a finalidade de complementar os conhecimentos obtidos pelos alunos nos cursos de graduação, contemplados pelo Programa. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2004)

O PROESDE foi pensado em duas Etapas. Na primeira deveria atingir o oeste e meio oeste do estado, na segunda as demais regiões. Assim, na Etapa 1 o programa abrangeu os municípios das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) de São Miguel do Oeste, Maravilha, São Lourenço do Oeste, Palmitos, Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Joaçaba, Videira, Caçador, Canoinhas, Campos Novos e Curitibanos (Figura 01).

⁶ Os cursos seqüenciais de Complementação de Estudos não estão sujeitos à autorização e nem ao reconhecimento do MEC, sendo também dispensados de obedecer ao ano letivo regular. Devem estar vinculados a um curso de graduação reconhecido e ministrado por uma IES credenciada, sujeitando-se às suas normas gerais - proposta curricular, carga horária, prazo de integralização, verificação de frequência e de aproveitamento. Os candidatos devem ser portadores de certificado de ensino médio. (MEC, 2008).

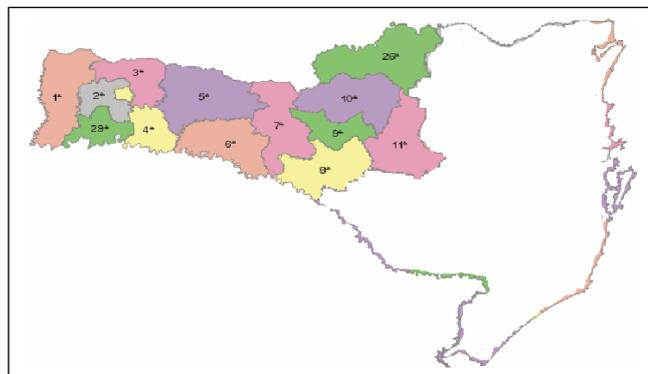


Figura 01 – Área de abrangência do PROESDE – Primeira Etapa

Fonte: Apresentação do PROESDE (2004, p. 1)

As SDRs, por meio dos Conselhos de Desenvolvimento Regional/CDR⁷, indicaram às Universidades os cursos de graduação que deveriam compor o programa tendo sido determinado que: a) o número de vagas do curso seqüencial seria proporcional ao de matrículas na graduação; b) a seleção dos alunos seria por sorteio; c) os selecionados iriam freqüentar o curso seqüencial de formação de agentes do DR gratuitamente, com 630 horas, em 03 anos; d) o sequencial teria turmas em todos os municípios das SDRs, num mínimo de 25 alunos por SDR.

A distribuição dos recursos (R\$ 3 milhões de reais) do governo catarinense às instituições para a execução do programa, de acordo com a apresentação do PROESDE (2004, p. 13), deveria ocorrer de acordo com os seguintes critérios: 20% de forma igualitária entre as 03 universidades (R\$ 200 mil por IES); 30% pela média do IDH das regiões de atuação das IES; 20% pelo número de matriculados em cada IES na área de abrangência do programa; 30% pela população de 15 a 24 anos, da área de abrangência do programa.

A ementa das disciplinas da matriz curricular do seqüencial foi proposta com conteúdos específicos sobre desenvolvimento regional; tinham o intuito de conduzir o acadêmico a formular uma visão sistêmica acerca da temática a partir da adoção

⁷ Em cada SDR a aplicação de recursos e a aprovação dos projetos encaminhados pela gestão pública e outros órgãos passa pela apreciação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional que, segundo o Plano de Governo - Gestão 2003-2006: “constituir-se-ão no Fórum permanente de debates sobre a aplicação do orçamento regionalizado; a escala de prioridade das ações; a integração Estado/Município/Universidade/Comunidade, no planejamento e execução de metas”. (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007).

da endogenia⁸, buscando soluções conjuntas para os problemas que afligem as regiões, tais como o desemprego, a concentração de renda, o êxodo rural, dentre outros.

Além de aulas teóricas, as disciplinas previam conhecer *in loco* de experiências bem sucedidas de desenvolvimento regional na própria região ou noutra que apresentasse casos passíveis de análise e que pudessem servir de referência para a elaboração dos projetos dos acadêmicos (PPP DO CURSO SEQUENCIAL, 2006).

Pelo fato de ser um curso superior de complementação de estudos e vinculado ao curso de graduação regularmente oferecido pelas IES, na maioria dos *campi* as aulas foram ofertadas aos sábados e feriados - salvo os casos em que o curso regular foi oferecido pela manhã, o que permitiu a realização do seqüencial à noite.

Além da freqüência, o acadêmico do PROESDE deveria elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso-TCC sobre tema com aplicação direta em algum campo do desenvolvimento regional. Idealmente, o estudante deveria adquirir, ao longo de três anos de formação, condições de transformar a realidade onde estava inserido. Assim, o TCC deveria contemplar aspectos importantes da realidade local que, analisada ao longo do curso de graduação, engendraria soluções eficientes para a promoção de ações que contemplassem ao menos uma das cinco dimensões definidas para o desenvolvimento regional (SACHS, 2002):

- a) sustentabilidade social: contempla a redução de desigualdades;
- b) sustentabilidade econômica: busca aumentar a geração de renda e a riqueza social;
- c) sustentabilidade ecológica: visa melhorar a qualidade do meio ambiente e a preservação dos recursos energéticos;
- d) sustentabilidade espacial: busca superar as desigualdades intra e inter-regionais;
- e) sustentabilidade cultural: incentiva o respeito às culturas locais. (PROJETO DE CRIAÇÃO DO CURSO SEQUENCIAL, 2004)

⁸ De acordo com Siebert (2006 A, p.3), “o desenvolvimento endógeno pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial que constituem o capital social de uma região. A endogenia é o conceito que unifica os termos desenvolvimento local, desenvolvimento regional e desenvolvimento territorial”.

O estudo poderia dedicar-se a uma ou mais destas cinco dimensões de sustentabilidade, desde que tivesse um caráter coletivo, de inclusão social e esta nova perspectiva de desenvolvimento.

Diante da grande repercussão do PROESDE em todo o estado catarinense e do compromisso do governo estadual de estendê-lo às demais regiões caso fosse bem sucedido, diversas lideranças regionais exigiram o cumprimento da promessa; em função disso, no primeiro semestre de 2006 o programa foi ampliado. Assim, após a implementação do programa no oeste e meio oeste do estado - Etapa 1, houve sua ampliação para as demais regiões de Santa Catarina – a segunda etapa,.

De acordo com informações da SED (RCPE, 2007), as diretrizes gerais da segunda etapa, bem como o Projeto Político Pedagógico (PPP), seguiram o já estabelecido para a primeira etapa, com algumas poucas alterações curriculares. A segunda etapa deveria ser implementada nas SDRs de Araranguá, Blumenau, Brusque, Criciúma, Grande Florianópolis, Ibirama, Itajaí, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, São Joaquim, Rio do Sul e Tubarão.

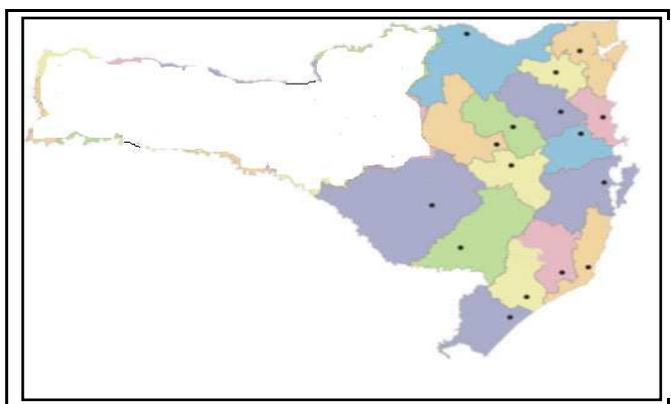


Figura 02 - Área de abrangência do PROESDE - Etapa 02

Fonte: elaborado pela autora a partir do mapa interativo disponível em <http://www.sc.gov.br/>, 2008.

No Planalto Norte de Santa Catarina, na microrregião abrangida pela SDR de Mafra, o PROESDE foi implementado em conjunto pelas três universidades da região: UnC, Campus Mafra; Universidade Regional de Joinville-UNIVILLE, campus de São Bento do Sul e Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC, na unidade de São Bento do Sul.

Cabe destacar que Universidades e SDRs do oeste e meio oeste do estado, em conjunto com lideranças regionais, entenderam que o PROESDE foi uma ferramenta importante para a promoção do desenvolvimento regional e, por isso, buscaram sua continuidade. No entanto, esta percepção parece não ter sido suficiente para garantir a continuidade do programa, tampouco para esclarecer a sociedade e a classe política sobre sua eficácia em termos econômicos e sociais. Afinal, não há clareza sobre quanto o PROESDE permitiu inovar os processos de desenvolvimento regional das políticas públicas implantadas em Santa Catarina, tampouco sobre sua contribuição para as mesmas.

Este trabalho foi realizado visando buscar subsídios para compreender o potencial do PROESDE enquanto política pública formulada a fim de promover o desenvolvimento regional.

3. FUNDAMENTOS DO PROESDE

O PROESDE foi a primeira política pública implantada em Santa Catarina focada na formação de agentes em desenvolvimento regional enquanto ferramenta capaz de favorecer o desenvolvimento do território. Em se tratando de política pública para a educação superior, não se tem conhecimento de algo similar realizado no estado.

Os principais pressupostos, objetivos e *modus operandi* do PROESDE foram sistematizados na seção anterior. A partir daqui apresentamos alguns dos fundamentos do PROESDE, programa na UnC percebem as contribuições deste para o DR. Para tanto, analisamos a visão destes atores segundo: (i) a concepção de Desenvolvimento Regional do PROESDE; (ii) objetivos, implantação e gestão do PROESDE; (iii) os resultados esperados para o programa.

3.1 - Concepção de Desenvolvimento Regional do PROESDE

Ao relatar o processo de constituição do PROESDE, Fillipim (2006, p. 7/8) afirma que:

A partir da compreensão da relevância de sua função na educação preparatória para o desenvolvimento sustentável regional, as universidades comunitárias, com sede no Oeste de Santa Catarina (...) propuseram ao governo do estado de Santa Catarina, a criação e a implantação de um Programa de Formação de Agentes para o Desenvolvimento. Esse programa, no qual se insere o curso Superior de Formação de Agentes de Desenvolvimento (...), teve início no ano de 2004 e é resultado de uma articulação interinstitucional e inter-regional.

O PROESDE foi concebido a partir da manifestação de atores vinculados à sociedade civil organizada - representada pelas universidades comunitárias - que, com uma articulação inter-institucional e territorial, propuseram ao governo estadual catarinense (representado pela SED e pelas SDRs) a criação do programa. Trata-se, portanto, de um processo endógeno que se destaca em relação aos demais planos implantados no estado - em sua maioria, caracterizados por seu caráter exógeno.

Após uma primeira sensibilização, comissão interinstitucional envolvendo representantes das três IES comunitárias das regiões oeste e meio-oeste, além das SDRs e da SED, responsabilizou-se pela formulação do projeto, que foi construído de forma coletiva.

Trata-se, portanto, de um plano concebido da perspectiva e observação de uma dada realidade regional (oeste do estado) e da identificação de suas desigualdades, fundamentado na crença de que o investimento na educação superior, ao favorecer a permanência dos alunos nas IES e dar a eles oportunidade de uma formação diferenciada, pode impulsionar o desenvolvimento.

A teoria endogenista, tal qual descreve Souza Filho⁹ (2006, p. 1), está fortemente presente na concepção do PROESDE, criado com base na convicção de que o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições são fatores imprescindíveis para que as regiões conquistem melhorias na qualidade de vida de sua população. É o que se observa no Projeto Político Pedagógico-PPP do referido curso (2006, p. 10), quando propõe que:

⁹ De acordo com Souza Filho (2006), é a teoria do desenvolvimento endógeno que focaliza, com toda atenção, a questão regional, apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para sua correção.

Os agentes de desenvolvimento, egressos deste programa, serão elementos imprescindíveis para a articulação de projetos para a qualificação técnica e tecnológica na elaboração e execução de planejamento estratégico participativo de desenvolvimento.

Além do caráter endógeno do programa, se pode afirmar que o mesmo foi consubstanciado na teoria do desenvolvimento regional sustentável, tal qual defendido por Sachs (2002), pois no diagnóstico e justificativa da criação do curso seqüencial de formação de agentes em desenvolvimento regional lê-se: “Para gerar desenvolvimento não basta produzir crescimento econômico, é necessário integrar, articular e gerir as cinco dimensões, que são: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural.” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2004, p. 10).

O PROESDE também partia do pressuposto de que a promoção do desenvolvimento sustentável é tarefa tanto dos governos como da sociedade civil, o que remete à concepção de redes sociais ou redes de tecnologia social, tal qual descrito por Dagnino¹⁰ et al (2004).

Outro aspecto a destacar refere-se ao protagonismo das Universidades no PROESDE uma vez que, além da concepção, implantação, controle e avaliação do programa, elas também deveriam nele atuar de forma direta, ao ocuparem-se da formação dos agentes de DR. O programa constituía-se, portanto, em uma oportunidade ímpar de maior inserção das IES nas suas regiões de abrangência.

Essa é uma inovação significativa à medida que os demais planos de desenvolvimento regional implantados no estado de SC, mesmo aqueles que preconizavam maior participação da sociedade civil (a exemplo do Projeto Meu Lugar¹¹), tiveram sua gestão e controle centralizados no governo do estado. E com o

¹⁰ Para Dagnino et al (2004) o conceito de ator-rede é compreendido como sendo um conjunto heterogêneo de elementos – animados e inanimados, naturais ou sociais – que se relacionam de modo diverso, durante um período de tempo suficientemente longo, e que são responsáveis pela transformação – incorporação de novos elementos, exclusão ou redefinição de outros, reorientação das relações – ou consolidação da rede por eles conformada. Segundo Jacobi (2000, p. 40): “As redes sociais se expressam como um conjunto de pessoas e organizações que se relacionam para responder demandas e necessidades da população de maneira integrada, mas respeitando o saber e a autonomia de cada membro. Com isso, as redes constituem um meio de tornar eficaz a gestão das políticas sociais, otimizando a utilização dos recursos disponíveis. Ao preservarem as identidades de cada membro e sua competência na gestão dos recursos, fazem com que essas organizações se integrem, tanto na concepção das ações inter-setoriais quanto na sua execução, para garantir à população seus direitos sociais”.

¹¹ No período de 2003 a 2008 foi instituído no estado o Projeto Meu Lugar, concebido em parceria do governo do estado (no mandato de Luiz Henrique da Silveira) com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão – SPG. Este objetivava planejar o desenvolvimento regional, criando condições para a transformação

PROESDE essa responsabilidade foi transferida para as Universidades, que poderiam protagonizar e direcionar a participação dos cidadãos na construção coletiva do desenvolvimento regional.

Dessa forma o PROESDE trouxe à tona a discussão sobre o papel social das universidades, pois pressupunha a existência de uma forte interação e integração das IES na sua região de abrangência, tal qual preconizado por Goddard (1998)¹².

3.2 – Objetivos, implantação e gestão do PROESDE

O PROESDE foi concebido em sintonia com as teorias do desenvolvimento regional nas últimas décadas que parte da necessidade de impulsioná-lo a partir das regiões. Diversas universidades desenvolvem programas de pós-graduação com este enfoque¹³. O que difere o PROESDE dos demais cursos de desenvolvimento regional, porém, é o público atingido, pois visou abranger alunos de graduação que receberiam a formação de agentes de desenvolvimento regional como complementação de estudos, visando integrar os conhecimentos adquiridos no curso regular de graduação com a possibilidade de intervenção na realidade.

O objetivo dos formuladores do programa era, portanto, por meio do curso seqüencial, proporcionar ao acadêmico um maior contato com a realidade da sua região, sensibilizando-o para intervir no território com o apoio dos conhecimentos obtidos no curso regular e tornando-se, desta forma, um agente social na sua comunidade.

A proposta do PROESDE, portanto, previa estreita ligação entre os cursos regulares de graduação e o seqüencial, de forma que a própria seleção dos cursos de graduação teria importância estratégica enquanto ferramenta de promoção do desenvolvimento regional.

das regiões administrativas do estado em pólos de desenvolvimento sustentável. (PNUD/SPG/FURB, 2005, p. 12) As SDRs deveriam ser as protagonistas do projeto, pois seriam as articuladoras dos atores sociais regionais, aquelas que conduziriam a elaboração e implementação do mesmo.

¹²Para Goddard (1998) as IES podem contribuir substancialmente para o desenvolvimento sócio-comunitário das regiões em que atuam, por meio de sua influência geral sobre o ambiente cultural local e sobre a formação de lideranças, bem como pelo seu papel na formulação de uma visão estratégica sobre a economia da região.

¹³Apenas no estado de Santa Catarina há duas universidade com iniciativas neste sentido: a Fundação Universidade Regional de Blumenau-FURB e a Universidade do Contestado-UnC, Campus de Canoinhas, ambas com programas de pós-graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Regional.

A prática da interdisciplinaridade, conforme descrito no PPP do seqüencial (2004), era outro fator propugnado pelo programa, que previa a atuação dos acadêmicos em projetos de extensão e, ao mesmo tempo, o aprofundamento de estudos e reflexão sobre esta prática por ocasião da formulação do trabalho de conclusão de curso - TCC. Assim, os projetos desenvolvidos pelos acadêmicos ao término do curso seqüencial deveriam ser elaborados a partir da identificação, pelos atores ligados ao PROESDE, das necessidades e prioridades regionais.

A implantação do PROESDE também propugnava a articulação dos atores regionais envolvidos. De acordo com a proposta, a seleção dos cursos de graduação que comporiam o programa seria realizada pelos Conselhos de Desenvolvimento Regional - CDRs, órgão deliberativo das SDRs; a seleção dos acadêmicos deveria contar com a participação dos mesmos conselhos, além de representantes da universidade e da SED. O curso seqüencial de formação de agentes em desenvolvimento regional deveria ser acompanhado permanente por estas mesmas instituições.

Em função dos objetivos e princípios do programa, sua gestão deveria ser participativa, com o curso de formação de agentes sendo constantemente acompanhado por um colegiado composto por representantes das IES, da SDR e da SED. (REGIMENTO DO CURSO, 2006). Além disso, a comissão interinstitucional, responsável pela elaboração do plano, deveria acompanhar o desenvolvimento do mesmo nas diferentes regiões, efetuando reuniões periódicas com os coordenadores dos cursos e avaliando frequentemente a execução do programa.

Os dados arrolados mostram que o PROESDE contava com uma concepção alternativa de ciência e tecnologia, à medida que pressupunha a participação social na formulação e no controle da ciência a ser desenvolvida na região.

3.3 - Resultados esperados

O projeto político pedagógico do curso seqüencial propugnava a necessidade de formar pessoas com qualificação específica para atuar como agentes de desenvolvimento regional, afirmando que o investimento em educação se constitui numa ação estratégica para regiões e estados. “Sem esse investimento em educação, os territórios ficarão restritos à mera recepção e execução de políticas de

desenvolvimento vindas do governo central, sem possibilidade de crítica ou de inovação”. (FILIPPIM, 2006, p. 5). Nessa perspectiva, a formação de agentes de desenvolvimento torna-se imprescindível para a articulação de projetos e para a coordenação de esforços rumo aos objetivos de sustentabilidade territorial.

A implantação do PROESDE trazia, portanto, a expectativa de aumento do capital social das regiões por meio de formação de acadêmicos com visão sistêmica, aptos a atuar sobre a realidade social e a modificar-la por meio da elaboração e implantação de projetos de desenvolvimento regional. Além disso, a perspectiva do governo do estado era a de que, no médio prazo, pudesse contar com os agentes de desenvolvimento regional formados no PROESDE atuando como gerentes regionais e técnicos contratados para a gestão de projetos.

Em comparação com os demais planos de desenvolvimento regional de SC o PROESDE se destaca por insistir na formação e qualificação acadêmica como ferramenta indispensável para a promoção regional, enquanto que os demais apenas excepcionalmente procuram executar ações pré-determinadas pelos órgãos planejadores do estado.

Assim os formuladores do programa tinham a educação superior como agente de transformação, pois esperavam que os alunos, ao adquirem a dimensão da regionalidade e da territorialidade, provocariam um “efeito multiplicador” das idéias propugnadas pelo curso seqüencial em todo o ambiente universitário, que se espalharia pela sociedade e faria com que nos próprios cursos regulares se discutisse a temática das desigualdades regionais e sociais.

Em síntese, esta breve caracterização dos postulados presentes no PROESDE nos permite afirmar que, no plano teórico, o programa estava imbuído de uma concepção de universidade articuladora, protagonista de ações visando um desenvolvimento regional endógeno, construído de forma coletiva pelos atores sociais do território, por meio da inserção dos acadêmicos na realidade das suas regiões de abrangência. Propugnava, portanto, pela participação, democracia, representatividade, integração e interação territorial.

No entanto, a análise do processo de implementação do PROESDE revelou a dificuldade de articular teoria e prática, levando em consideração a concepção dos docentes e a gestão do curso pela UnC.

4 - O PROESDE NA UNIVERSIDADE DO CONTESTADO

A seguir teremos por objeto de análise o funcionamento do PROESDE em uma das IES onde funcionou como projeto-piloto na Etapa 1: a Universidade do Contestado - UnC. Para tanto, buscamos conhecer as percepções de atores acadêmicos vinculados ao programa - coordenadores e gestores - sobre a contribuição deste para o desenvolvimento do território onde foi implementado. Os dados foram coletados por meio de questionários e entrevistas quando da realização do “II Seminário Interinstitucional do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional”, ocorrido no dia 03 de março de 2007.

A UnC conta com cinco campi: Concórdia, Caçador, Canoinhas, Curitibaanos e Mafra. Localizada no centro-oeste do estado de Santa Catarina, abrangendo do Planalto Norte, passando pelo Planalto Central e chegando até o meio-oeste, a Universidade situa-se em uma região onde ocorreram os episódios históricos conhecidos por “Guerra do Contestado”¹⁴.

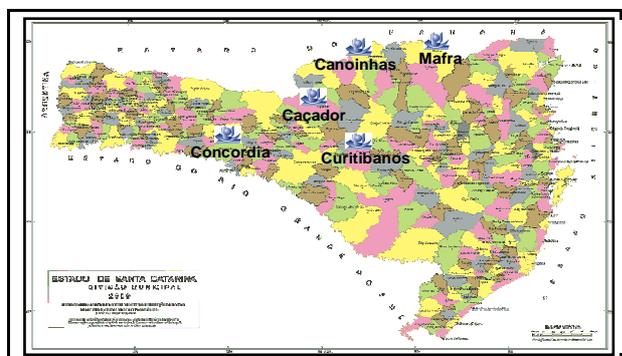


Figura 03 – Distribuição Espacial da UnC

Fonte: Universidade do Contestado, 2003.

A UnC se define como uma instituição da sociedade regional. “Sua filosofia, concepção e políticas emergem da realidade que a circunda e, em função dessa mesma realidade, justifica sua razão de ser e de fazer”. (ALMEIDA, 2006, p. 70)

¹⁴ Com consequências marcantes para a região, a Guerra do Contestado ficou conhecida como um acontecimento histórico, ocorrido no início do século XX na região meio-oeste catarinense, envolvendo desde questões de convicções religiosas até conflitos políticos, sociais e econômicos entre os estados do Paraná e Santa Catarina. O embate foi resolvido com a assinatura do Acordo do Contestado, em 1917.

Cada um dos campi da UnC teve autonomia para implementar o PROESDE, e todos manifestaram seu interesse. Afinal, o programa parecia proporcionar a todos, no plano imediato e também no médio e longo prazo, parcerias auspiciosas. No curto prazo porque havia aporte de recursos financeiros possibilitando a 208 alunos¹⁵ (distribuídos em seus cinco campus) bolsas de estudo por três anos. No médio prazo, a promessa de projetos conjuntos com a SDR e demais atores sociais, tais como administrações municipais, setor produtivo, organizações da sociedade, dentre outros. No longo prazo, a possibilidade de tornar efetiva a promessa de fazer um Plano Integrado de Desenvolvimento Institucional-PIDI com forte vínculo regional (no entanto, a despeito disso, o PIDI teve a última atualização em 2005 e não fez qualquer alusão ao programa).

Apresentaremos, a seguir, uma descrição e análise do processo de implementação do PROESDE a partir de dados coletados junto aos gestores nos diversos campi. (i) a concepção de Desenvolvimento Regional do PROESDE; (ii) objetivos, implantação e gestão do PROESDE; (iii) os resultados esperados para o programa.

No âmbito dos *objetivos do programa*, como vimos anteriormente, o PROESDE deveria capacitar os acadêmicos para atuar na confecção de projetos de desenvolvimento sustentável, unindo os conhecimentos do curso seqüencial aos obtidos no curso de graduação, de forma que se tornassem agentes em seu território.

Para tanto, os conteúdos abordados durante o seqüencial abrangeram temas diretamente ligados à temática do desenvolvimento regional e, para além da teoria, o curso previa viagens de estudos para conhecimento *in loco* de experiências exitosas em desenvolvimento regional. A vinculação com a prática, porém, não foi levada a termo por coordenadores de ao menos 3 campi da UnC. Em que pesem os motivos alegados para a não realização dessas atividades, o fato mais importante é que não se propiciou aos acadêmicos uma aproximação mais efetiva da realidade regional, o que seguramente interferiu no potencial de confecção e implementação de projetos com este objetivo.

Além disso, as raras visitas e seminários realizados não contaram com a participação efetiva dos atores externos – como SDR, SED, Prefeituras, etc.. Assim,

¹⁵ Este é o número de acadêmicos que concluíram o curso.

a proposta de formação de uma **rede** de desenvolvimento regional, prevista no projeto, também não se concretizou, e a ênfase da formação ficou centrada em aulas teóricas. Diante desse quadro, o principal objetivo do PROESDE - formar agentes de desenvolvimento regional – ficou prejudicado.

Para Goergen (2000) um projeto de ensino de qualidade passa por formação capaz de integrar o conteúdo de sala com uma reflexão vinculada à prática (pesquisa e extensão). Os conteúdos apreendidos nas salas de aula são importantes para a formação acadêmica, mas é questionável a formação profissional sem nenhuma vivência prática.

No que diz respeito ao papel da ciência e tecnologia que poderia ter o PROESDE, cabe lembrar as considerações de Dowbor (1999), para quem o poder local pode levar uma localidade à auto-transformação econômica e social. Esse poder, de acordo com Franco (2000), Filipim (2006), Lins (2007), Jara (2001), Boisier (1997), Godard (1987), Putnam (1996) dentre outros, pode ser construído por meio da articulação e fortalecimento dos diferentes atores sociais do território, na medida em que trabalhem na busca de objetivos comuns, constituindo assim o processo chamado de ator-rede (DAGNINO, 2004a. FILLIPIM, 2006).

A ciência e tecnologia, tal qual descrita por Dagnino (2008; 2006), Dias; Silva (2008), Herrera et al (2003) é vista como uma ferramenta para a produção da democracia, da cidadania e da participação, na medida em que, em contraposição à tecnologia convencional, produza artefatos que “[atendam] às demandas de toda a sociedade e não aos interesses de uma pequena parcela desta”. (DAGNINO; DIAS, 2006, p. 10). Estes artefatos podem ser produtos que atendam tanto a essas demandas quanto a serviços e processos. Por isso, o desenvolvimento local coaduna com a visão alternativa, descrita por Dagnino; Dias (2006), e com o conceito de tecnologia social (DAGNINO, 2004; RUTKOWSKI; LIANZA, 2004).

Para garantir que o programa fosse construído coletivamente, como previa o conceito de ator-rede presente no plano teórico do PROESDE, seria necessário constante articulação e interação entre os atores envolvidos. E para garantir que as propostas de C&T fossem preconizadas segundo o conceito de tecnologia social, seria fundamental que representantes da sociedade - associações, movimentos comunitários, ONGs, dentre outros – participassem ativamente da elaboração de todas as atividades do programa, sendo ouvidos em suas necessidades e

estabelecendo os vínculos para garantir a interlocução e compreensão dos atores acadêmicos para com as demandas sociais. Tal permitiria promover a realização de atividades em conjunto, ao longo do curso, assim como a confecção de projetos de pesquisa e extensão voltados ao atendimento de necessidades regionais prementes, tal qual descreve Phillipim (2006)¹⁶. De acordo com a visão alternativa, e também com o que propõe o desenvolvimento endógeno, estabelecer esta articulação é absolutamente básica e imprescindível para lograr os resultados desejados.

Mas a responsabilidade de “promover o desenvolvimento regional” ficou a cargo quase exclusivamente da Universidade – neste caso, limitada à figura do coordenador do curso sequencial - uma vez que não houve interação, tampouco iniciativas de ações que permitissem aos estudantes conhecer a realidade externa. Conseqüentemente, não foi constituída nenhuma rede

Até mesmo no âmbito do interior da Universidade a interlocução/comunicação praticamente inexistiu: em geral, coordenadores do seqüencial não dialogaram com os coordenadores dos cursos de graduação participantes do PROESDE; não houve contato mais direto entre os outros coordenadores de sequencial dos vários campi; os docentes do seqüencial tampouco foram convocados para reunir-se em colegiado e discutir interdisciplinaridade. Sequer a SED, que tinha por incumbência acompanhar diretamente o desenvolvimento do PROESDE na IES, o fez de forma integral em todos os campi.

Diante deste cenário, o aluno parece ter ficado restrito em suas oportunidades de conhecer a realidade local, uma vez que as demais instâncias gestoras e articuladoras praticamente se eximiram de promovê-la conjuntamente e ao longo do processo formativo. Assim, a responsabilidade de articular e pensar uma rede ficou a cargo do aluno, em um exercício de imaginação construído a partir da sala de aula.

Ao final, embora a proposta do PROESDE contasse com conceitos de tecnologia social e visão alternativa da ciência, a análise do processo indica que

¹⁶ Vale repetir aqui o que afirma uma das idealizadoras do PROESDE: “A universidade contemporânea estará cumprindo o seu papel na medida em que se inserir no processo de desenvolvimento das comunidades de seu entorno” (FILLIPIM, 2006, p. 6).

esta concepção ficou restrita aos idealizadores do programa, pois na implementação elementos imprescindíveis para sua efetivação não se fizeram presentes.

As dificuldades de fazer valer a proposta tal como elaborada foram percebidas durante toda a implementação - desde a etapa de seleção de coordenadores, cursos e alunos, até a constituição da rede de atores promotores do DR e definição de temas de projetos.

Ainda segundo o PROESDE, caberia à universidade o papel de mobilizar o capital social da localidade, ou de atuar como articuladora – mesmo na perspectiva do processo de desenvolvimento endógeno, como ressaltam Bandeira (2004); Síveres (2006), dentre outros. No entanto, esta parece ter se limitado a cumprir determinadas ementas ou conteúdos teóricos, e coube ao aluno, por si, suprir o anseio de vinculação com a sociedade. Com isso sobressaiu, na Universidade, a visão linear de ciência e tecnologia, tal como descrita por Dagnino; Dias (2006).

Além disso, cabe analisar a forma com que o programa foi implementado em cada campus. Idealizado com um formato geral e replicado nas diversas cidades onde estavam os campi da UnC, não houve alterações para adequá-lo à realidade de cada região. Ao contrário: foi mantida a proposta inicial de forma rígida, sem debate com os atores sociais locais, e a adaptação ocorreu somente na busca de docentes, em cada campus, capazes de ministrar o conteúdo programático.

No que tange à *implantação e gestão do programa*, o relato dos gestores aponta que não houve a integração interinstitucional e territorial prevista no projeto. O desenvolvimento do seqüencial, que deveria promover a interlocução entre diversos campos de saberes/cursos da universidade, deu-se de forma isolada, com poucos ou nenhum momento de diálogo entre os coordenadores do curso em cada campi¹⁷, assim como entre a coordenação interinstitucional do programa.

Os diretores acadêmicos selecionaram os coordenadores do PROESDE em seu campi, atendendo a critérios estabelecidos por eles mesmos; estes, por sua vez, desenvolveram o curso segundo suas próprias concepções e experiências pessoais de gestão. Tal gerou descompasso entre o que propunha o programa e o que acontecia em cada campi, já que não houve sintonia entre seus formuladores e implementadores.

¹⁷ As reuniões entre os coordenadores, realizadas na Reitoria da Instituição, ficaram restritas a 3 em todo o período de aplicação do curso e não contaram com a participação de representantes da Comissão Interinstitucional.

Também a escolha dos cursos regulares que integraram o PROESDE, embora inicialmente tenha contado com a participação de representantes da SED e das SDRs abrangidos em cada campi, na prática não atendeu aos fundamentos estabelecidos no regimento do curso. Este previa que os cursos regulares deveriam ser aqueles cujos projetos de extensão/monografia dos acadêmicos pudessem contribuir ao desenvolvimento da região. Entretanto, em alguns campi o curso foi selecionado atendendo a critérios como o custo das mensalidades ou, ainda, interesses corporativos da instituição.

No âmbito de cada campus deveriam ocorrer reuniões freqüentes do colegiado - composto por representantes dos discentes, docentes, SDR e SED, juntamente com o coordenador - para avaliar e acompanhar o programa. Esse princípio também foi ignorado de forma por quase todos os coordenadores do curso.

Na ausência de uma gestão participativa e sem o acompanhamento do colegiado, os projetos desenvolvidos pelos acadêmicos do curso de formação de agentes também foram guiados por critérios elaborados de forma isolada, salvo exceções. Dessa forma a Universidade deixou de aproveitar uma oportunidade de protagonizar um processo de integração entre diversos atores sociais do território - mormente a SDR, a SED e, em especial, a comunidade – atendendo as necessidades e demandas locais. Os únicos momentos de interação com as SDRs e SED ficaram restritos à realização de palestras – claramente insuficiente quando se preconiza um processo de desenvolvimento endógeno.

Cabe lembrar que, embora estejamos destacando o papel da Universidade no processo de integração regional, é fato que os órgãos públicos ligados ao PROESDE também não cumpriram com seus papéis, pois muitas SDRs sequer conheciam o programa e mesmo as representações locais da SED deixaram de acompanhá-lo em algumas regiões.

Diante deste cenário, quanto aos *resultados obtidos pelo PROESDE* implantado nos campi da UnC, podemos afirmar que seriam melhor potencializados caso o programa tivesse sido melhor conduzido no nível da gestão superior e, ainda, se tivesse contado com uma efetiva participação dos atores sociais do território, como propunham seus formuladores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Governo do Estado de Santa Catarina propôs no início de 2004, com a criação e implementação do “Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional” – PROESDE, retomar a importância das Universidades como promotoras do desenvolvimento regional ao designar a elas a tarefa de formar ‘agentes de desenvolvimento regional’ por meio de um curso seqüencial. As Universidades, neste programa, seriam os pilares da construção de uma parceria entre diversas instâncias e atores governamentais e sociais, a qual deveria levar à formação de profissionais capazes de diagnosticar demandas e potenciais específicos da região e aptos a intervir no território por meio da elaboração de projetos de desenvolvimento regional.

Desta forma o PROESDE apresentou uma abordagem inovadora pois concebido a partir de princípios da visão alternativa de CTS, dos fundamentos da tecnologia social e da concepção de uma universidade fortemente vinculada às demandas da comunidade. Ao participar do programa a UnC, compreendida como “universidade comunitária”, assumia um papel preponderante na articulação dos atores sociais do território com vistas à constituição de uma rede de atores, vitais para processos de desenvolvimento regional endogenamente construídos.

Ao longo da implementação do programa, no entanto, nem sempre estes fundamentos foram conhecidos, compreendidos e, por extensão, implementados. Em diferentes fases do projeto (na dinâmica da sua implementação), os gestores acadêmicos pareceram não ter se apropriado da concepção que fundamentava a proposta inicial. Tal pode ser observado em diversos momentos - desde o início, na seleção de alunos para o programa, ao final, na definição dos temas de monografias. Assim, em todo o processo houve enorme dificuldade de fazer valer os propósitos inicialmente projetados.

Mas por quê há tanta dificuldade em correlacionar teoria e prática?

A princípio, cabe abordar a gestão do programa, que em muitas ocasiões ocorreu de forma equivocada, desarticulada e sem sintonia entre os diversos atores, fazendo com que a implementação fosse diversa da propugnada. Não só a seleção de alunos, mas também a dos cursos regulares, coordenadores e professores a

integrarem o PROESDE não seguiram as regras estabelecidas e dificultaram, dessa forma, o desenvolvimento do processo de modo a lograr o resultado desejado.

Além disso, cabe considerar as diferenças quanto à concepção dos atores acerca do papel da ciência e da tecnologia e, por extensão, da universidade, no processo de desenvolvimento regional. Neste âmbito, chama a atenção a concepção dos próprios coordenadores do programa em diversos campi, cuja condução da formação tendeu à busca do cumprimento de conteúdos programáticos sem preocupação com ampliar a relação com a sociedade – restrita a realização de algumas palestras.

Cabe lembrar que para impulsionar o desenvolvimento regional não bastam bons projetos de pesquisa, alicerçados em teorias modernas que primam pelo ideal de democracia e participação; é imperativo que os atores envolvidos também estejam imbuídos desses princípios, fazendo com que a prática seja coerente com os programas propostos.

Outro elemento a considerar diz respeito à percepção dos coordenadores do sequencial de que o PROESDE não foi, efetivamente, uma prioridade para a UnC. Tal se mostrou à medida que o espaço político e os recursos obtidos junto ao programa tornaram-se insuficientes para cumprir os objetivos inicialmente propostos; ou seja, o apoio e estímulo dos próprios gestores e dirigentes da Universidade parece ter sucumbido à medida que o PROESDE saiu da agenda política do estado catarinense. Este dado merece reflexão pois, se os recursos e potencial da universidade na promoção do desenvolvimento econômico e social do seu entorno está dependente de políticas externas a ela, talvez seja necessário rever os seus objetivos enquanto instituição e, ainda, os princípios que regem o cumprimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A despeito de todas as críticas que podem ser feitas ao programa, não se pode ignorar que o PROESDE também possibilitou avanços referentes à discussão da relação entre Universidade e Sociedade em seu potencial de intervenção local/regional, de despertar potencialidades de alunos e professores para uma forma de desenvolvimento que leva em conta não só a faceta econômica, mas incorpora as dimensões social, cultural e ecológica. E, de alguma maneira, ele também contribuiu para questionar o modelo de desenvolvimento adotado pelo estado catarinense,

centrado na visão da neutralidade e linearidade da ciência, impulsionado pelo Estado e, na maioria das vezes, incapaz de atender às necessidades da sociedade.

Assim, se é fato que o PROESDE não conseguiu atingir seus objetivos iniciais e se não temos clara percepção do quanto ele permitiu avançar na compreensão de uma concepção de desenvolvimento regional construído de forma democrática, participativa e articulada em rede, por outro lado parece fundamental que o debate sobre o papel da Universidade no desenvolvimento regional permaneça vivo no seio da sociedade, a fim de ser melhor assimilada e disseminada, permitindo a construção de um modelo de ciência e tecnologia alternativo, mais atento à justiça social.

Neste sentido, é chave a tarefa das universidades, em especial as ditas “comunitárias” na criação de uma consciência social sobre este tema. Repensar o papel destas instituições no Brasil exige criar estruturas em nível de excelência capazes de contribuir para a autonomia tecnológica e para inserção no mercado global. Mas exige também atentar para quem serão os usuários da tecnologia produzida, e dar ênfase ao seu potencial de construção de uma sociedade mais justa, solidária, pacífica, capaz de formar estudantes com competência técnica e social.

MARGARIDA B. SCHAFASCHEK

Professora da Universidade do Contestado – UnC e Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Fundação Universidade Regional de Blumenau/FURB.

STELA M. MENEGHEL

Doutora em Políticas Públicas em Educação e Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau/FURB.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. A. **A relação universidade-empresa e sua contribuição para o desenvolvimento regional: o curso de mecatrônica da UnC-Curitiba-SC.** Dissertação de Mestrado. Blumenau/SC: FURB/PPGDR, 2006.

APRESENTAÇÃO DO PROESDE. UnC, UNOESC e UNOCHAPECÓ, formato doc. 2004.

BAGGIO, U. C. **Considerações sobre a reestruturação econômica global e seus impactos sobre o território.** Departamento de Geografia da FFLCH-USP/SC. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 12, p. , 2002

BANDEIRA, P. S. **Universidades, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional.** In: PERIN, Zeferino (org.). **Desenvolvimento regional: um novo paradigma em construção.** Erechim/RS: EdiFAPES, 2004.

BOISIER, Sérgio. **El vuelo de una cometa.** Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1997. 34 p.

474

CAMPOS, R. R., et al. **Reestruturação Industrial e Aglomerações Setoriais Locais em Santa Catarina.** In: VIEIRA, Paulo Freire (org). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento.** Florianópolis: APED, 2002.

CHAUÍ, M.S. **Reforma do ensino superior e autonomia universitária.** Serviço Social e Sociedade, v.61, p. 118-126, 1999.

CUNHA, I. J. **A economia catarinense rumo a um novo século.** Florianópolis: Instituto Ceba/SC, 1999.

CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Projeto político-pedagógico. UnC/UNOCHAPECÓ/UNOESC, 2004.

DAGNINO, E. **Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa.** In: **Política e Sociedade: Revista de**

Sociologia Política. UFSC, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, - v. 1, n. 5 (2004) Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2004.

DAGNINO, R. **Enfoques sobre a Relação Ciência, Tecnologia e Sociedade: Neutralidade e Determinismo.** Disponível em:

<http://www.oei.es/salactsi/rdagnino3.htm>. Acesso em 03/04/2008.

DAGNINO, R. & DIAS, R. **A Política Científica e Tecnológica Brasileira: três enfoques teóricos, três projetos políticos.** Disponível em

www.ocyt.org.co/esocite/Ponencias_ESOCITEPDF/1BRS027.pdf Acesso em [20/09/06](#).

DAGNINO, R., BRANDÃO, F.C. & NOVAES, H. T. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social.** In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro, 2004.

DIAS, R. e SILVA, R. **Tecnologia Social e Adequação Sociotécnica: relações com a política científica e tecnológica.** Grupo de Análise de Políticas de Inovação. DPCT/IG/UNICAMP, 2008.

475

DINIZ, C. C. **Globalização, escalas regionais e política tecnológica regionalizada no Brasil.** CEPAL- LC/BRS/R.172 – Junho de 2006.

DOWBOR, L. O poder local diante dos novos desafios sociais. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM, São Paulo, SP. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Cepam, 1999.

FILIPPIM, E. S. et. al. **As universidades comunitárias e o desafio da educação preparatória para o desenvolvimento regional** – Documento do word. 2006.

FILIPPIM, E. S. **Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional** - Relatório do 2º Semestre 2005. Joaçaba: UNOESC, março de 2006.

FRANCO, A. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?** Da Revista Século XXI, Brasília: Editoração Eletrônica Compukromus e Assessoria Gráfica Ltda. Millennium Instituto de Política, 2000, Separata do número 3.

GODARD, O. et al. (1987). **Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local.** In: **Estudios Territoriales.** Madrid, n.º 24.

GODDARD, J. **La contribución al desarrollo nacional y regional.** Paris: UNESCO, 1998. [24] p. ((La Education Superior en el Siglo XXI: Visión et acción))

GOERGEN, P. **A crise de identidade da universidade moderna.** In: SANTOS, Fo.; MOARES, S.E. (Org.) **Escola e universidade na pós-modernidade.** Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESC, 2000, p. 101-161.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis/SC: Cidade Futura, 2002.

476

HERRERA, A. Novo Enfoque do Desenvolvimento e o Papel da Ciência e Tecnologia. In: DAGNINO, R.; THOMAS, H. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: uma reflexão latino-americana.** Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

JACOBI, P. **Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas.** In: **Revista de Administração Pública.** Nov/Dez 2000. Vol. 34, n. 6 – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 2001.

LINS, H. N. **Promoção do desenvolvimento em escala territorial: uma abordagem com ênfase na experiência catarinense.** Texto para discussão, número 06/2003. Florianópolis: UFSC, 2003.

LINS, H. N. **“Dinâmica de Proximidade”:** possível marco conceitual para análises de realidades urbano-industriais e rurais. FURB: PPGDR, 2007.

LINS, H. N. **Acenando para o Novo Século.** In: **A Realidade Catarinense no Século XX**, Florianópolis: IHGSC, 2.000.

Ministério da Educação. Cursos superiores seqüenciais. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=425&Itemid=295>. Acesso em 20/02/2009.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 22/03/2009.

PUTNAM, R. D. (1996). **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

477

RATTNER, H. **Prioridade: construir o capital social.** Disponível em abdl.org.br/articleview/608. 2003. Acesso em 26/07/2006.

REGIMENTO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional.** UnC/UNOCHAPECÓ/UNOESC. Documento do Word, 2006.

ROSTOW, W. Wr. **Etapas do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro, ZAHAR, 1974.

RUTKOSKI, J. & LIANZA, S. **Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia?** In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.sc.org.br/secretariasregionais/>>.

Acesso em 10/07/2009.

Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Inovação - Rede Catarinense de Pesquisadores em Educação (RCPE) <<http://rcpe.sed.rct-sc.br/>>.

Acesso em 24/04/2009.

Santa Catarina. Secretaria do Planejamento do Estado de Santa Catarina– SEPLAN. Disponível em <<http://www.spg.sc.gov.br/>>. Acesso em 12/04/2007 e 18/09/2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIEBERT, C. A. F. **O Reordenamento Territorial do Médio Vale do Itajaí**. In: Indústria e Estado: a reestruturação produtiva e o reordenamento do território do médio vale do Itajaí. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2006.

SIEBERT, C. A. F. **Endogenia e heteronomia: a experiência de Santa Catarina com o projeto meu lugar**. Artigo apresentado no III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul/RS: UNISC, 17 a 20 de outubro de 2006(A).

SILVEIRA, L. H. **Plano de Governo**. Disponível em <<http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/paginas/planodegoverno00.htm/>>. Acesso em 10/10/2007.

SÍVERES, L. **Universidade: torre ou sino?** Brasília: Universa, 2006.

SOUZA FILHO, Jorge Renato. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Disponível em: <http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html>. Acesso em 18/05/2006.

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO. Projeto Pedagógico do Curso Superior de Complementação de Estudos em Programa de Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional. Formato doc. 2004.

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – CAMPUS MAFRA/SC. Projeto de Criação do Curso Seqüencial de Complementação de Estudos de Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional e Respectivo Projeto Político Pedagógico. Formato doc. 2006

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO. Ordenamentos Jurídicos. Arquivo em pdf. 2003.